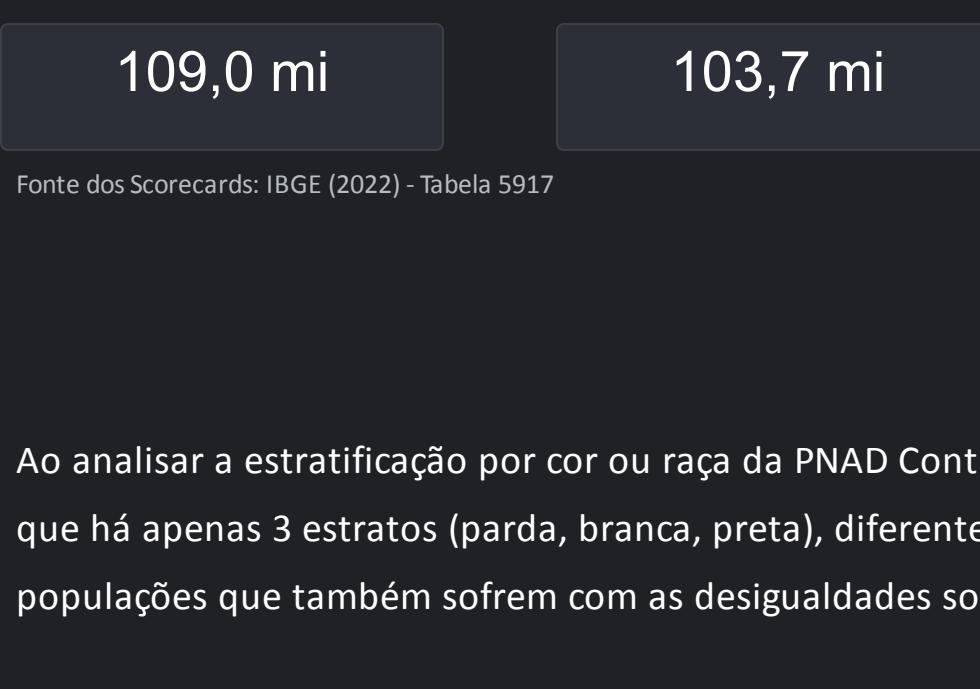


Desigualdade Social e Racismo Ambiental no Brasil

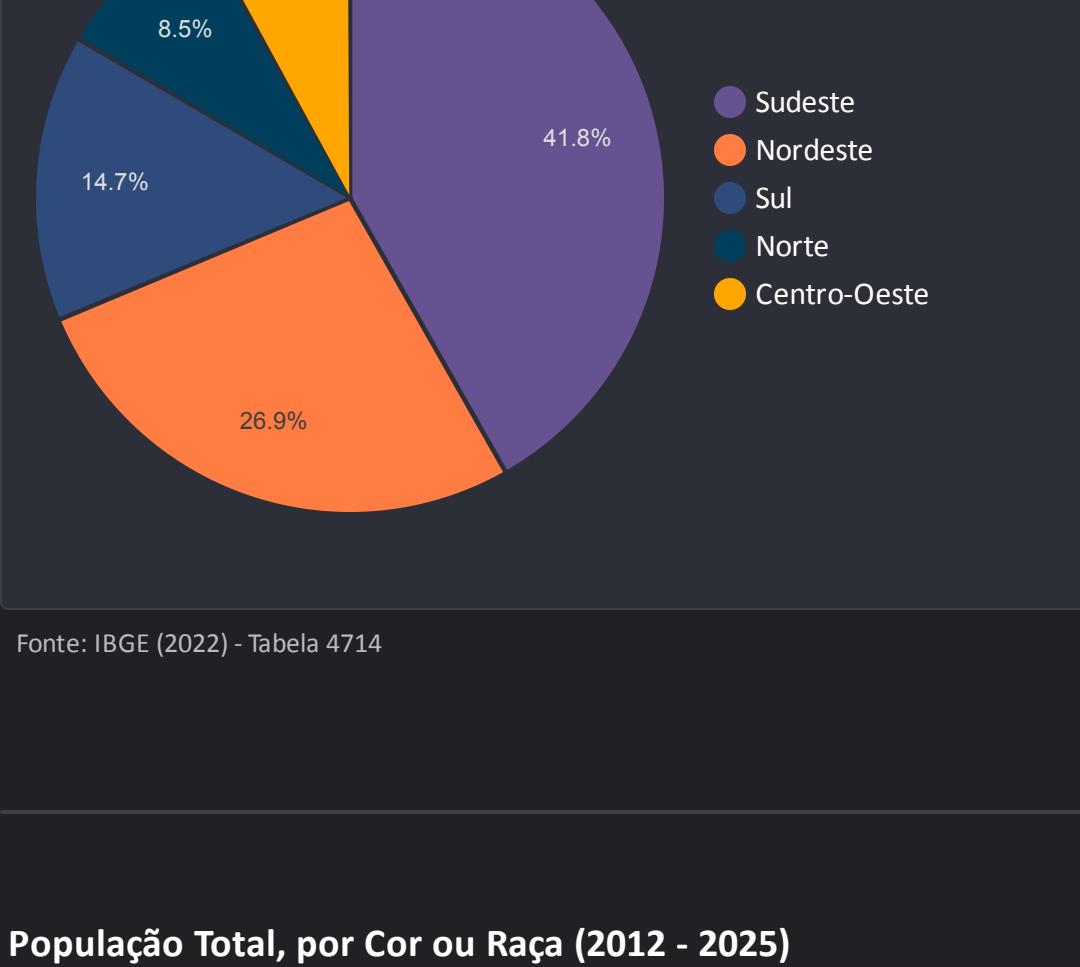
A Organização das Nações Unidas (ONU) não apresenta necessariamente uma definição única e exata para desigualdade social, mas a descreve como um problema global com múltiplas dimensões, incluindo a falta de acesso equitativo a oportunidades e direitos básicos, e o aumento de disparidades em renda, riqueza, gênero, raça e localização geográfica.

"A ONU reconhece a desigualdade social como uma ameaça aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e um desafio que requer soluções coordenadas para promover a justiça social e erradicar a pobreza."

Célia Pinto, liderança quilombola do Maranhão e integrante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq)

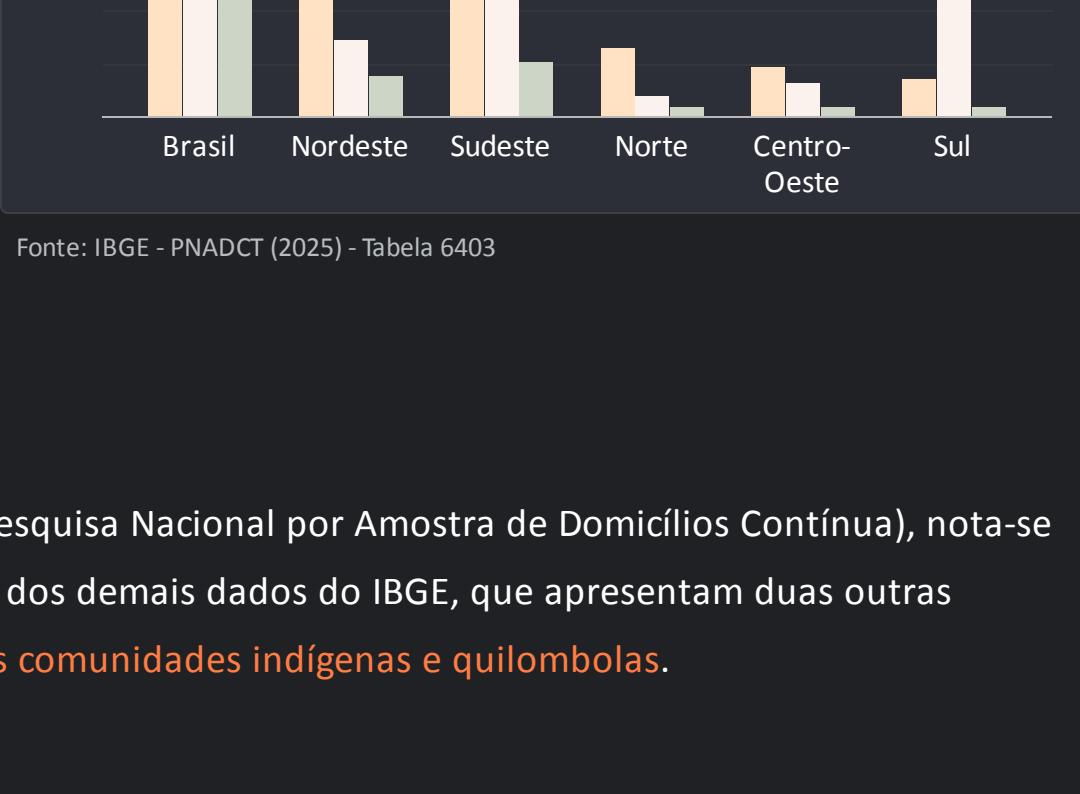


Distribuição da População Brasileira (%), 2022



Fonte: IBGE (2022) - Tabela 4714

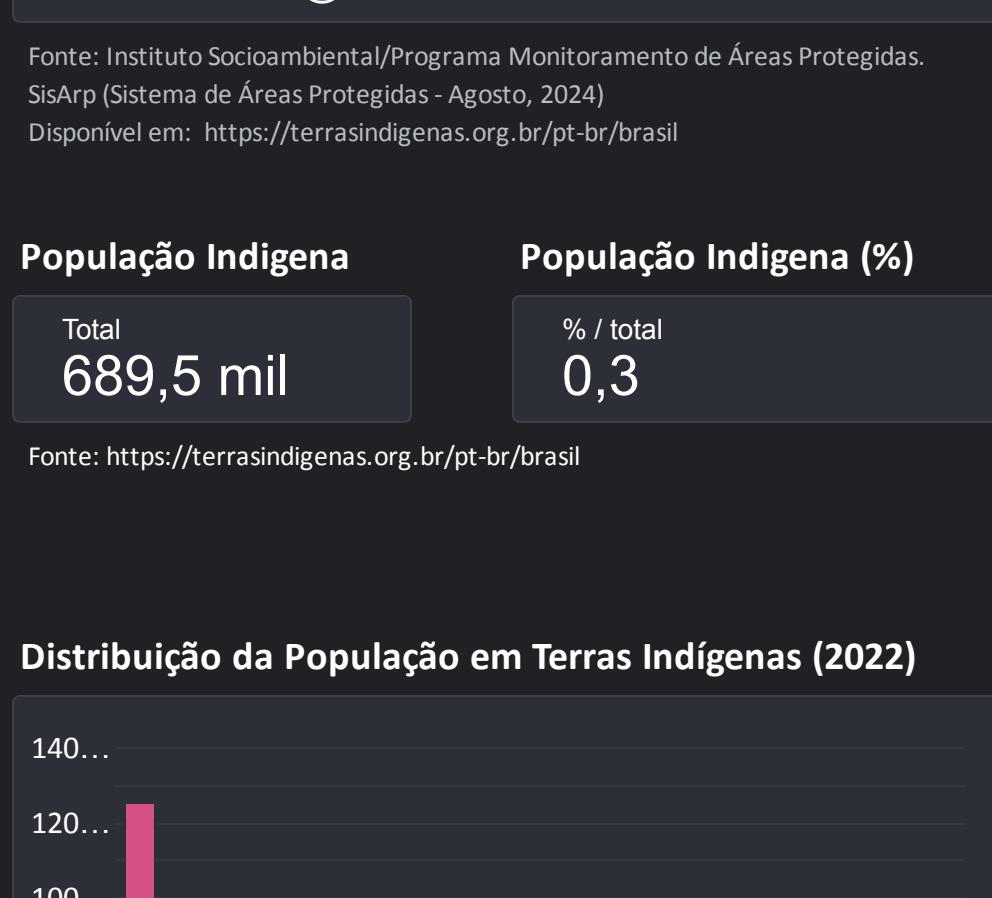
População Total, por Cor ou Raça (2012 - 2025)



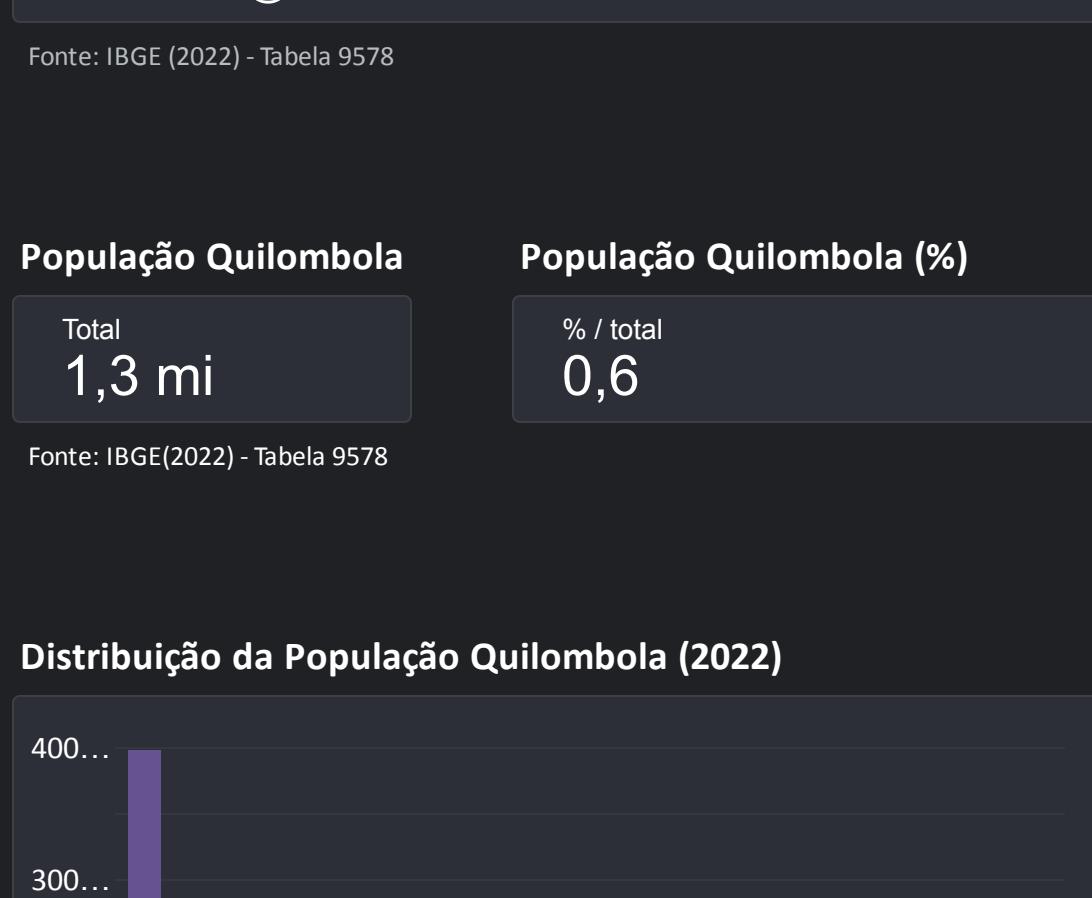
Fonte: IBGE - PNADCT (2025) - Tabela 6403

Ao analisar a estratificação por cor ou raça da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), nota-se que há apenas 3 estratos (parda, branca, preta), diferentemente dos demais dados do IBGE, que apresentam duas outras populações que também sofrem com as desigualdades sociais: as comunidades indígenas e quilombolas.

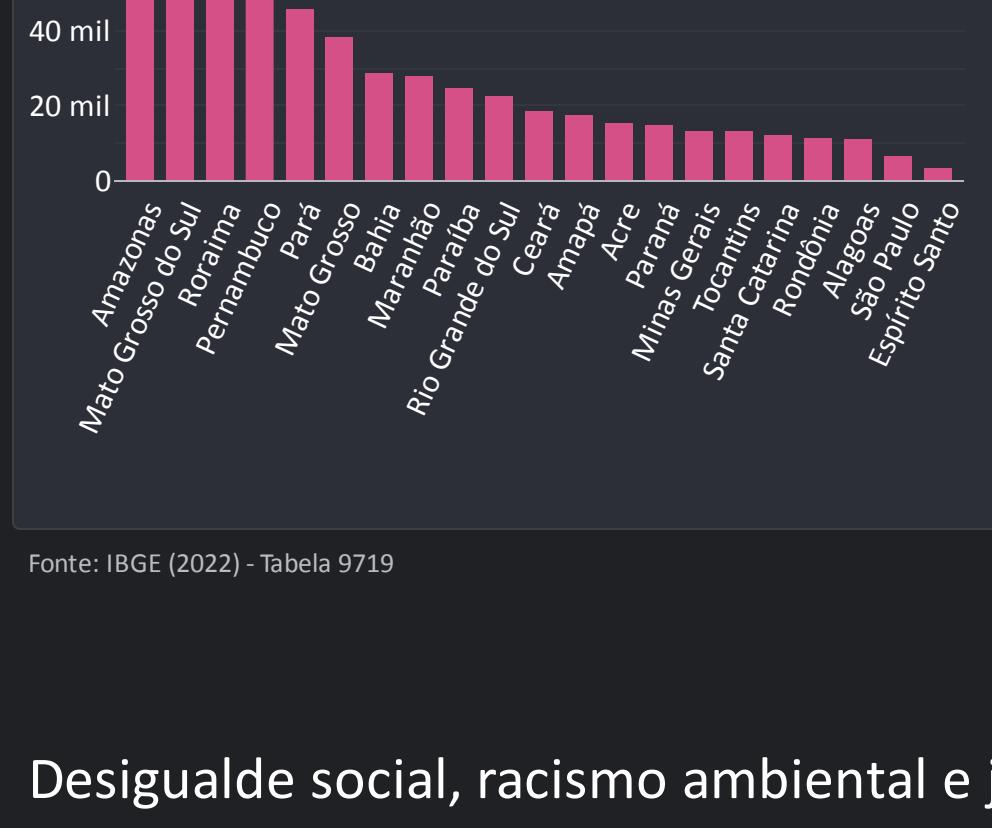
Terras Indígenas: População por Área (2024)



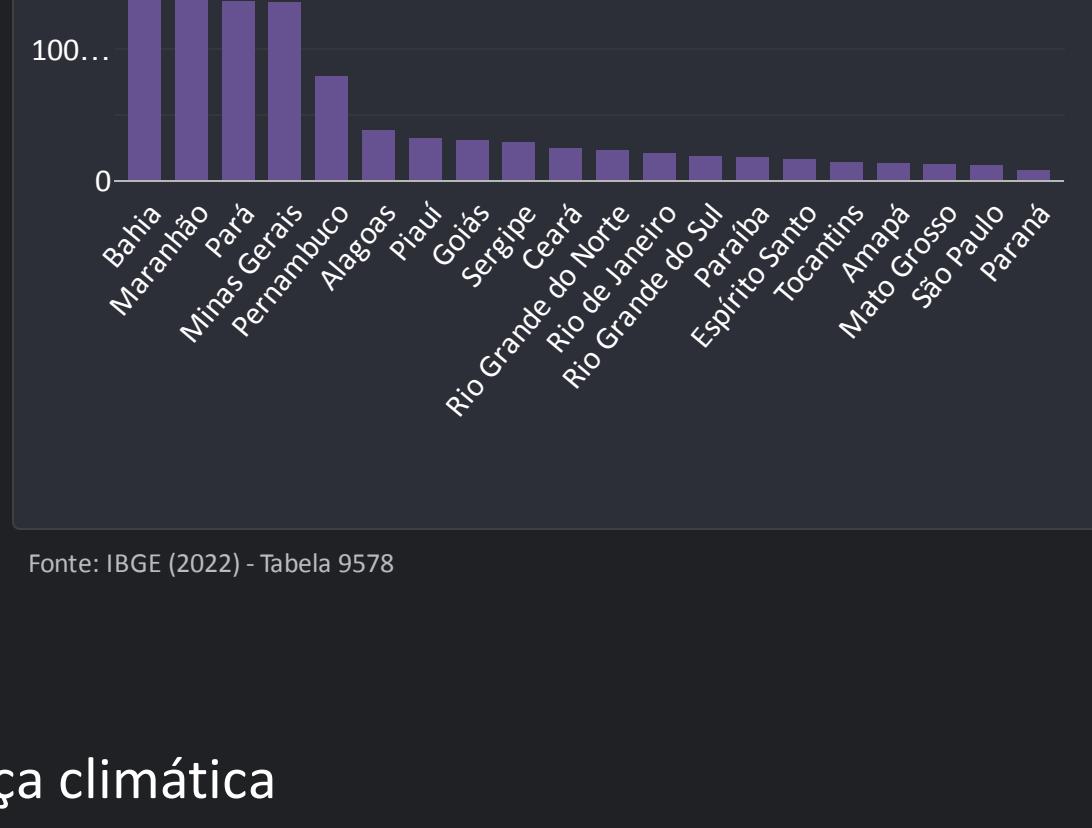
Distribuição da População Quilombola (2022)



Distribuição da População em Terras Indígenas (2022)



Distribuição da População Quilombola (2022)



Desigualdade social, racismo ambiental e justiça climática

De acordo com a pensadora negra brasileira Tania Pacheco, o racismo ambiental é constituído por injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre etnias e populações mais vulneráveis. O Racismo Ambiental não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas, igualmente, através de ações que tenham impacto "racial", independente de sua intenção original.

As comunidades indígenas e quilombolas também são afetadas pelo racismo ambiental dado que, historicamente, têm seu direito à terra cerceado, seus territórios invadidos, ainda que estejam demarcados, e sofrem diversas violações em conflitos.

Fonte: (adaptado) Governo do Brasil, Secretaria de Comunicação Social - <https://www.gov.br/secom/pt-br/fatos/brasil-contra-fake/noticias/2024/o-que-e-racismo-ambiental-e-de-que-forma-impacta-populacoes-mais-vulneraveis>

Desigualdade de renda em relação ao nível de instrução



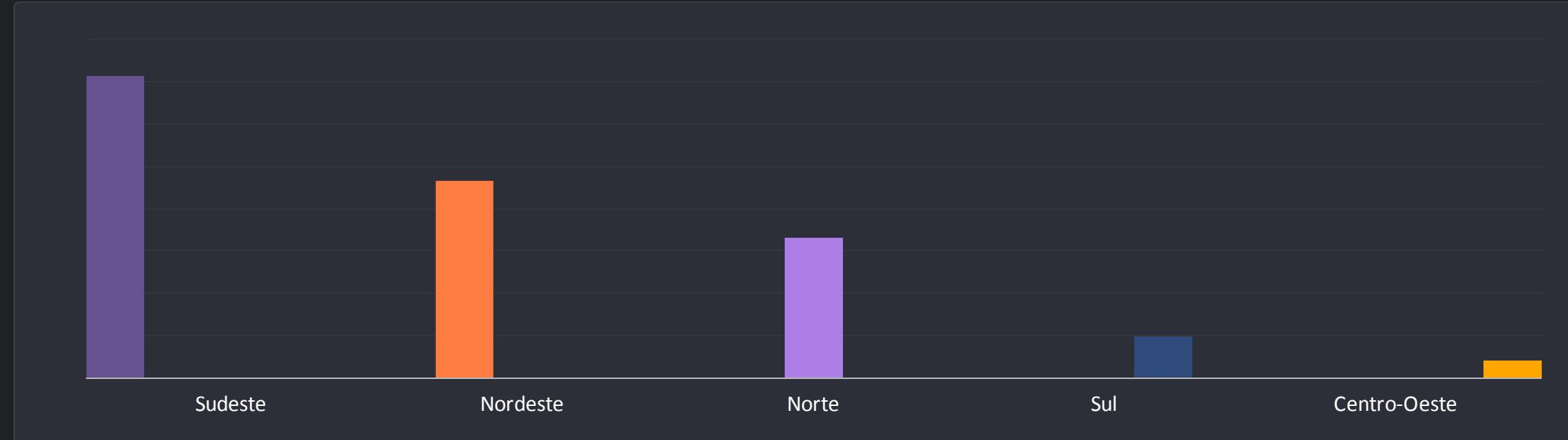
No Brasil, nas cidades e centros urbanos, o racismo ambiental tem um impacto significativo na população que vive em favelas e periferias, onde historicamente há uma maioria da população negra (pretos e pardos). A falta de acesso a serviços básicos - como de água potável e saneamento, de estrutura urbana e de condições de moradia digna - afeta a saúde e a qualidade de vida dos moradores e agrava ainda mais os impactos das mudanças climáticas, ocasionando enchentes e deslizamentos.



Sol Nascente, Ceilândia, DF.
Foto: Sérgio Lima/Poder360 - 20.abr.2023

Fonte: (adaptado) Governo do Brasil, Secretaria de Comunicação Social - <https://www.gov.br/secom/pt-br/fatos/brasil-contra-fake/noticias/2024/o-que-e-racismo-ambiental-e-de-que-forma-impacta-populacoes-mais-vulneraveis>

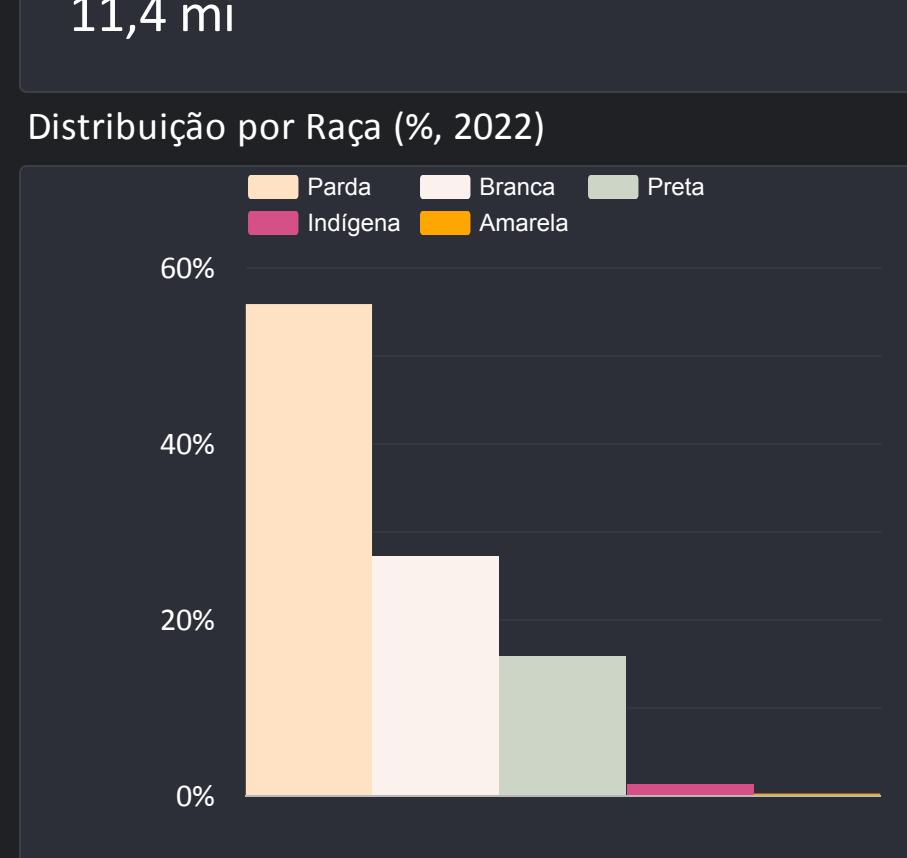
Distribuição da População Residente em Favelas, por Região (2022)



Fonte: IBGE (2022) - Tabela 9884

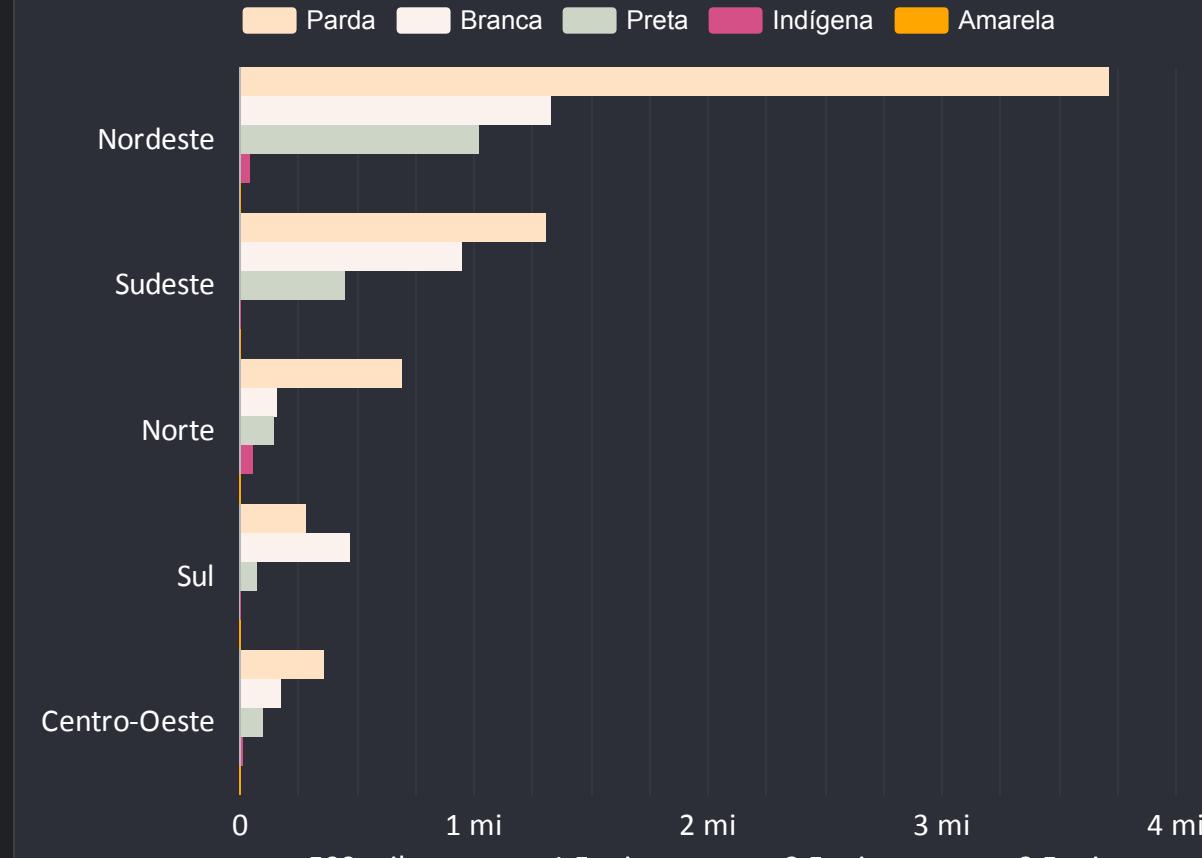
Outra desigualdade existente no Brasil, é a desigualdade referente ao nível de instrução/educação das pessoas, algo que impacta diretamente no rendimento médio da população economicamente ativa.

Pessoas não Alfabetizadas no Brasil (2022)



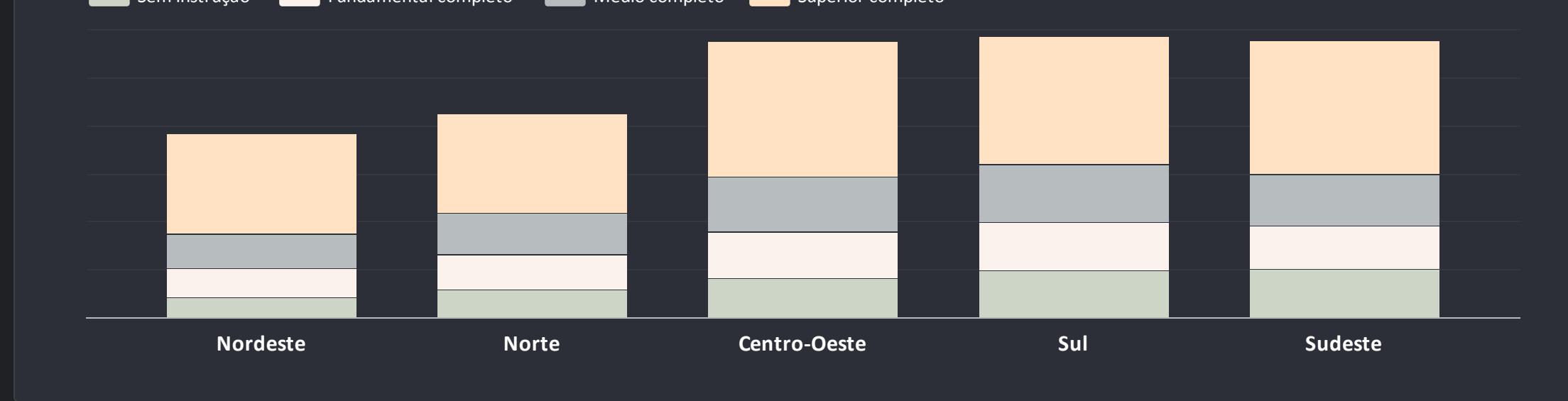
Fonte: IBGE (2022) - Tabela 9542

Pessoas não Alfabetizadas no Brasil, por Região (Milhões, 2022)



Fonte: IBGE (2022) - Tabela 9542

Rendimento Médio por Níveis de Escolaridade em Reais (2025)



Fonte: IBGE (2025) - Tabela 5438

Distribuição de Pessoas não Alfabetizadas por Estados (Milhões, 2022)



Desigualdades socioeconômicas



Os dados de índices socioeconômicos, de distribuição ou concentração de renda, de desenvolvimento humano, desemprego e pobreza também mostram resultados similares aos demais dados: as desigualdades são maiores entre as populações das regiões Norte e Nordeste.

Índice de GINI (Pnad Contínua/A, 2019 - 2024)



Fonte: IPEADATA (2025). Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerieR.aspx?stub=1&serid=2096726935&MINDATA=2012&MAXDATA=2030&TNIVID=0&TPAID=1&module=S>

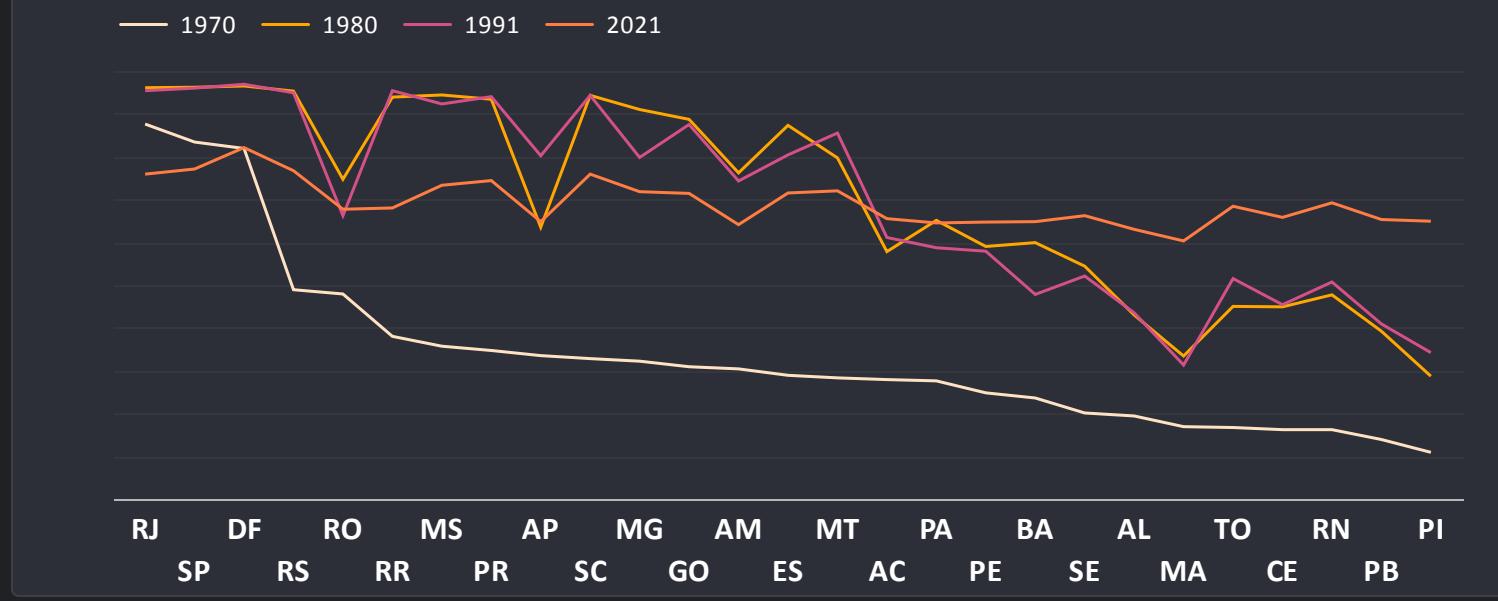
O Índice de Gini (ou Coeficiente de Gini) é uma medida da desigualdade na distribuição de renda dentro de um país ou região. Ele varia de 0 (igualdade perfeita, com todos tendo a mesma renda) a 1 (ou 100%), onde a desigualdade é máxima e uma única pessoa detém toda a riqueza. Quanto mais próximo de 0 o índice for, menor é a desigualdade de renda.

O IDH varia de 0 a 1 e é classificado em quatro faixas:

Muito Alto (0,800-1,000),
Alto (0,700-0,799),
Médio (0,550-0,699) e
Baixo (abaixo de 0,550).

Um valor mais próximo de 1 indica maior desenvolvimento humano, refletindo melhor saúde, educação e renda na população.

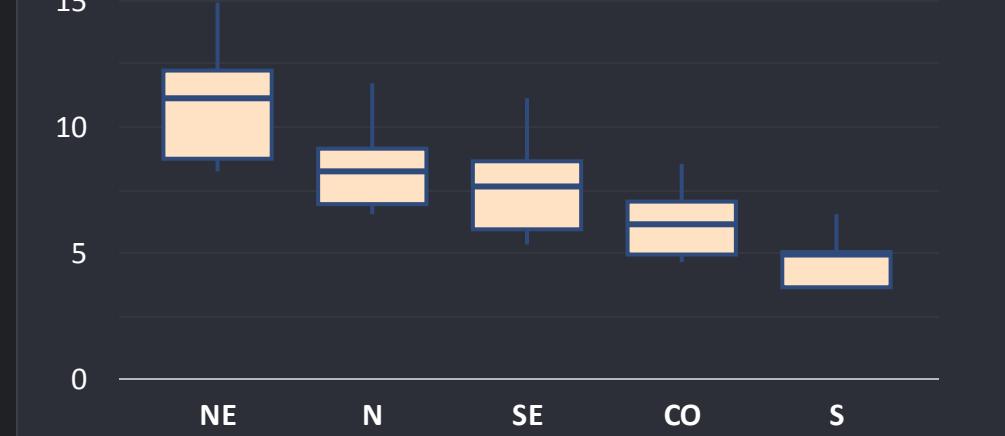
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano (1970 - 2021)



Fonte: IPEADATA (2025). Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerieR.aspx?stub=1&serid=40037&MINDATA=2012&MAXDATA=2030&TNIVID=0&TPAID=1&module=S>

As taxas de desemprego e pobreza também são maiores nas regiões Norte e Nordeste, que abrigam majoritariamente os biomas Amazônia, Caatinga e parte da Mata Atlântica, regiões onde está a maior parte das populações indígenas e quilombolas.

Taxa de Desemprego (%), 2022 - 2025



Fonte: IPEADATA (2025).

Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerieR.aspx?stub=1&serid=2096726928&MINDATA=2022&MAXDATA=2030&TNIVID=0&TPAID=1&module=S>

Taxa de Pobreza por Região (%), 2023



Fonte: IPEADATA (2024).

Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerieR.aspx?stub=1&serid=2096726934&MINDATA=2012&MAXDATA=2030&TNIVID=0&TPAID=1&module=S>

Também se verifica a intersecção de desigualdades - de gênero e raça - ao compararmos a renda média de homens (negros e não negros) e mulheres (negras e não negras): homens não negros ganham, em média, praticamente dobro da renda das mulheres negras, R\$ 5.464,29 e R\$ 2.745,76, respectivamente.

Tabela de Transparência Salarial - Dados Agregados dos Estabelecimentos com 100 ou mais Empregados (2023)

Sexo x Cor ou Raça	Vínculos	Renda Média (R\$)	Salário Mediano (R\$)
Homens	10.832.929	4.495,39	2.166,64
Mulheres	7.207.472	3.565,48	1.870,42
Homens Não Negros	5.526.609	5.464,29	2.426,02
Homens Negros	5.325.879	3.493,59	1.960,3
Mulheres Não Negras	3.933.641	4.249,71	2.065,53
Mulheres Negras	3.254.272	2.745,76	1.680

Fonte: RAIS / MTE (2023)

O que são mudanças climáticas?



As mudanças climáticas são transformações a longo prazo nos padrões de temperatura e clima. Essas mudanças podem ser naturais, como por meio de variações no ciclo solar.

Mas, desde 1800, as atividades humanas têm sido o principal impulsionador das mudanças climáticas, principalmente devido à queima de combustíveis fósseis como carvão, petróleo e gás. Esta queima gera emissões de gases de efeito estufa, como dióxido de carbono e metano. Isso vem do uso de gasolina para dirigir um carro ou carvão para aquecer um prédio, por exemplo.

O desmatamento de terras e florestas também pode liberar dióxido de carbono. Aterros para lixo são uma das principais fontes de emissões de metano. Energia, indústria, transporte, edificações, agricultura e uso da terra estão entre os principais emissores.

Variação de Anomalia Acumulada Anual de Temperaturas no Brasil (1832 - 2020)



Fonte: Berkeley Earth analysis for mean temperature (2021). Disponível em: <https://berkeleyearth.org/temperature-state-list/> e <https://berkeley-earth-temperature.s3.us-west-1.amazonaws.com/Regional/TAVG/brazil-TAVG-Trend.txt>

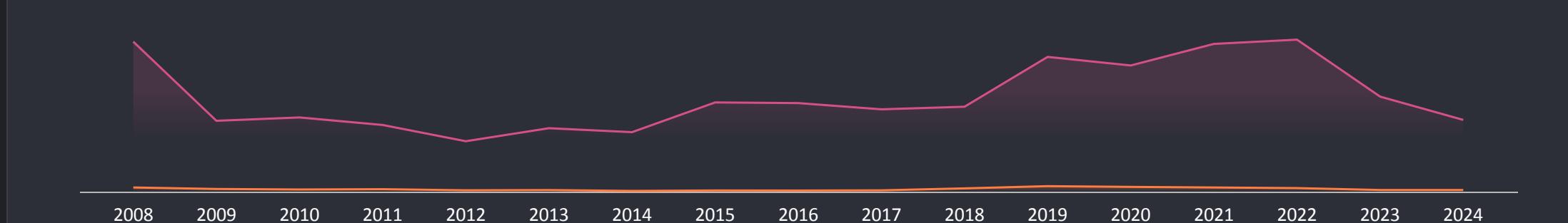
Anomalia por Estados

É comum se pensar no bioma Amazônia quando se pensa em mudanças climáticas e os impactos das atividades humanas. Ele ocupa 49,5% do território nacional brasileiro, uma área de 423.359.121 hectares, e nele se localizam 337 Terras Indígenas (TIs), 91% da extensão territorial de todas TIs com limites já identificados. Essas Terras ocupam uma área de 107.581.915,93 hectares, isto é, 25,41% da área da Amazônia Brasileira.

Dentre as TIs, é historicamente o bioma mais preservado: apenas 1,74% da vegetação original das TIs na Amazônia foi desmatada, considerando a série histórica Prodes até 2024. Ou seja, dos 99.188.935 hectares de vegetação original protegida por TIs, 97.459.490,16 ha estão preservados. Sem contar as TIs, a área do Bioma Amazônia está 27,26% desmatada.

Fonte: Prodes (2024). Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/c3d00079_1.pdf

Área Desmatada em Terras Indígenas Vs Área Desmatada fora de Terras Indígenas, no Bioma Amazônia (Hectares, 2008 - 2024)



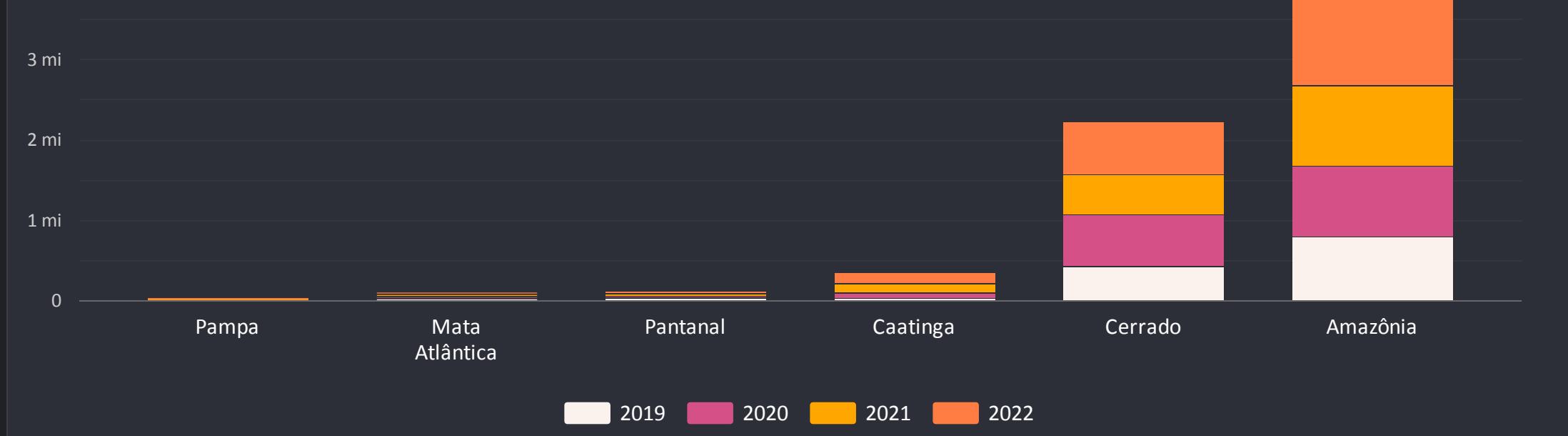
Fonte: PRODES (2024). Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/desmatamento-em-terrass-indigenas-na-amazonia-e-cerrado-prodes-2024> e https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/c3d00079_1.pdf



Esta preservação está relacionada à vitória histórica para povos indígenas e quilombolas do mundo todo: a aprovação durante a Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade 16 (conhecida como COP 16), realizada em Cali, Colômbia, em 2024. Foi criado um órgão permanente de participação desses povos na mesa de negociações. Na prática, toda decisão da COP, desde então, é tomada com a opinião e votação de povos indígenas e quilombolas.

Fonte: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/povos-e-comunidades-tradicionais> e <https://anaind.org.br/noticias/cop16-reconhece-indigenas-e-quilombolas-como-protetores-da-biodiversidade/>

Desmatamento por Biomas (Hectares, 2022)



Fonte: Relatório anual do desmatamento no Brasil. MapBiomias (2023). Disponível em: https://amazon.org.br/wp-content/uploads/2024/10/RAD_2022.pdf

Povos Tradicionais: Guardiões do Meio-Ambiente



Povos e Comunidades Tradicionais conservam a biodiversidade graças à sua relação com a natureza. Mantendo sintonia com os ciclos do biosistema em que vivem e, diante dos desafios enfrentados em seus territórios, seus conhecimentos da fauna e da flora os tornam guardiões dos ecossistemas.



Foto: Rafael Medelima/COP30 Brasil

Além disso, cada vez mais, protagonizam práticas econômicas que contribuem para um novo ciclo de desenvolvimento, sustentável e promissor para o Brasil.

Fonte: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/povos-e-comunidades-tradicionais> e <https://anaind.org.br/noticias/cop16-reconhece-indigenas-e-quilombolas-como-protetores-da-biodiversidade/>

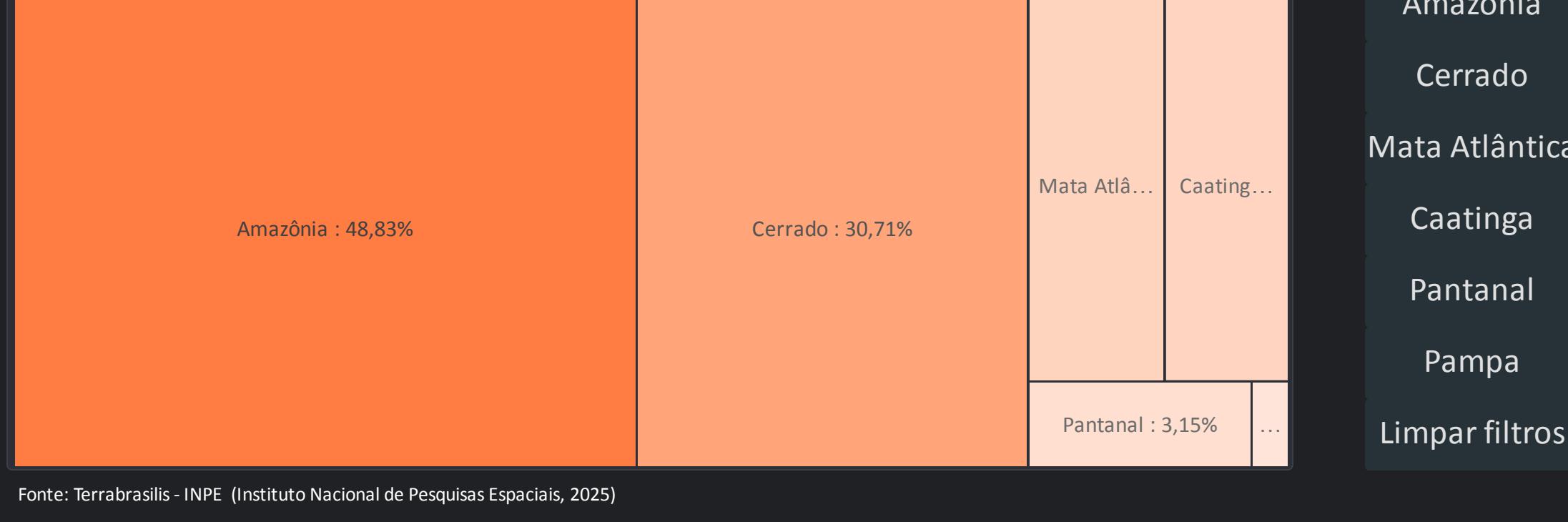
“Os povos indígenas não são apenas defensores ambientais. São guardiões de culturas milenares, portadores de saberes, modos de vida.”

Sonia Guajajara, Ministra dos Povos Indígenas

Quando ocorrem mudanças no uso do solo – o desmatamento ou queima de uma floresta para dar lugar à pastagem ou agricultura, por exemplo – o carbono que estava estocado é liberado para a atmosfera na forma de CO₂ (dióxido de carbono), um dos gases do efeito estufa. Nas regiões tropicais, o desmatamento pode causar alterações no balanço hídrico e tornar o clima mais seco e quente. Na Amazônia, por exemplo, estudos preveem que a temperatura poderá subir de 5 a 8°C até 2100 e a redução no volume de chuva pode chegar a 20%. O desmatamento, a exploração madeireira e os incêndios florestais, intensificados por eventos como o El Niño, poderão aumentar as emissões de carbono oriundas de mudanças no uso do solo.

Fonte: IPAM Amazônia - <https://ipam.org.br/entenda/desmatamento-clima/>

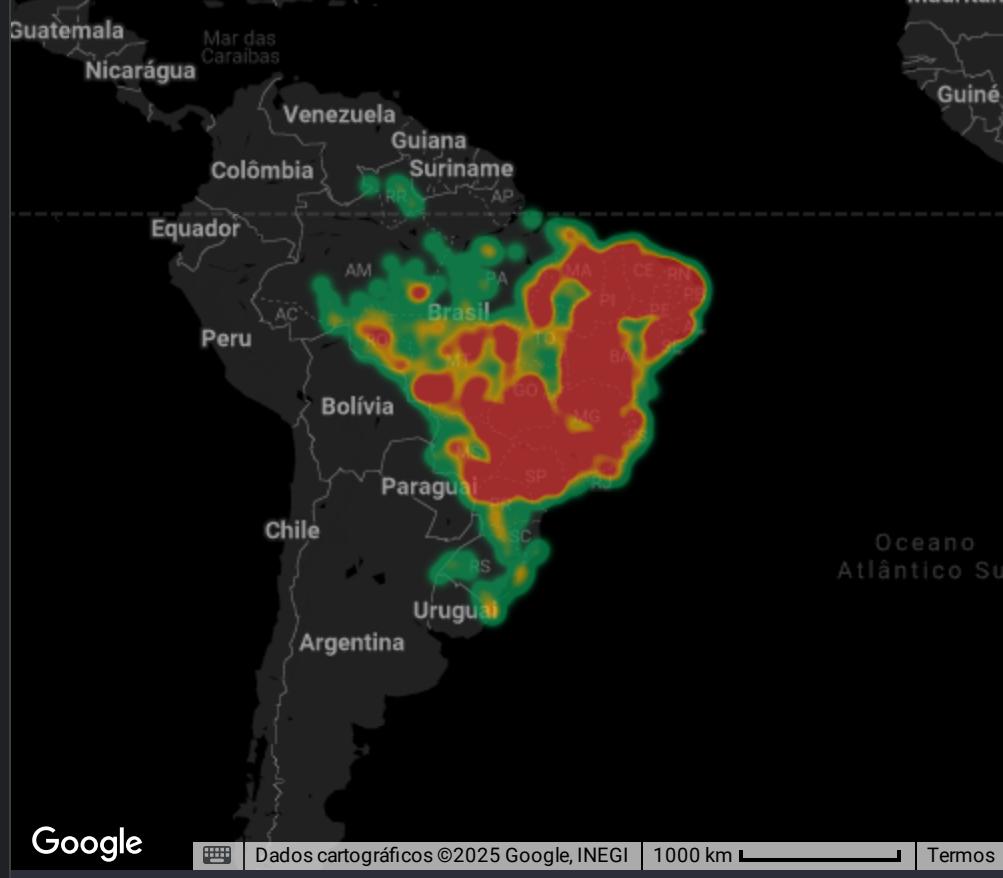
Focos de incêndio por Bioma (Total, 2015 - 2024)



Fonte: Terrabrasilis - INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2025)

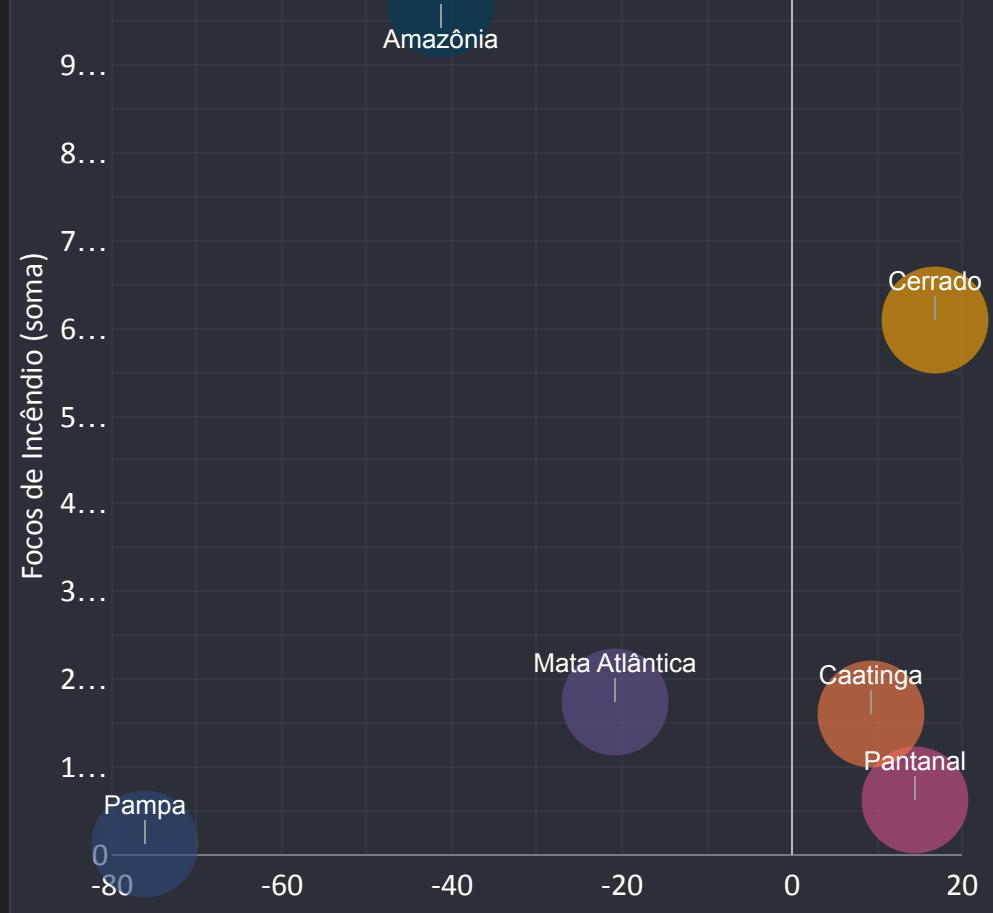
2015 2016 2017 2018 2019 2020 2021 2022 2023 2024

Focos de Incêndio por Poder de Fogo (FRP, Média Anual)



Fonte: Terrabrasilis - INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2025)

Dias sem Chuva vs Focos de Incêndio (2015 - 2024)

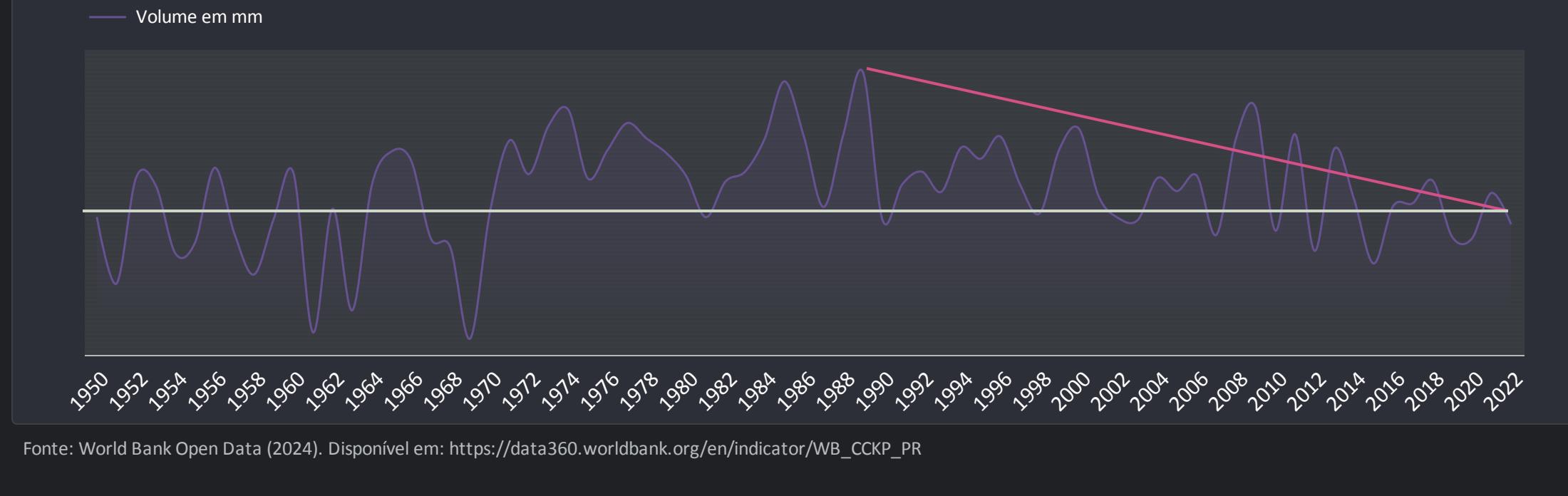


Fonte: Terrabrasilis - INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2025)

Chuvas (Precipitação) e Risco de Fogo

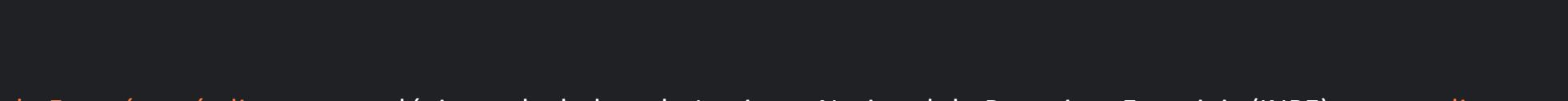


Evolução da Precipitação Anual no Brasil (1950 - 2022)



Fonte: World Bank Open Data (2024). Disponível em: https://data360.worldbank.org/en/indicator/WB_CCKP_PR

Ao analisarmos o volume de chuva (precipitação) no Brasil, a primeira impressão que temos é que desde 1950 ele se mantém estável e com pouca variação (linha clara). Entretanto, ao analisarmos as máximas de precipitação desde a década de 80, notamos uma tendência de queda do volume de precipitação (linha rosa) no decorrer das últimas décadas.



O Risco de Fogo é um índice meteorológico, calculado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que avalia a probabilidade de a vegetação entrar em ignição e a potencial dificuldade de combate ao fogo em uma determinada área. Ele não mede o fogo que já aconteceu (como os Focos de Incêndio), mas sim o perigo potencial de um incêndio. Para o cálculo são utilizados fatores como dias sem chuva (precipitação), umidade relativa do ar, temperatura máxima do ar, entre outros. Quanto menor a média de precipitação de uma área, maior o risco de fogo nesta região.

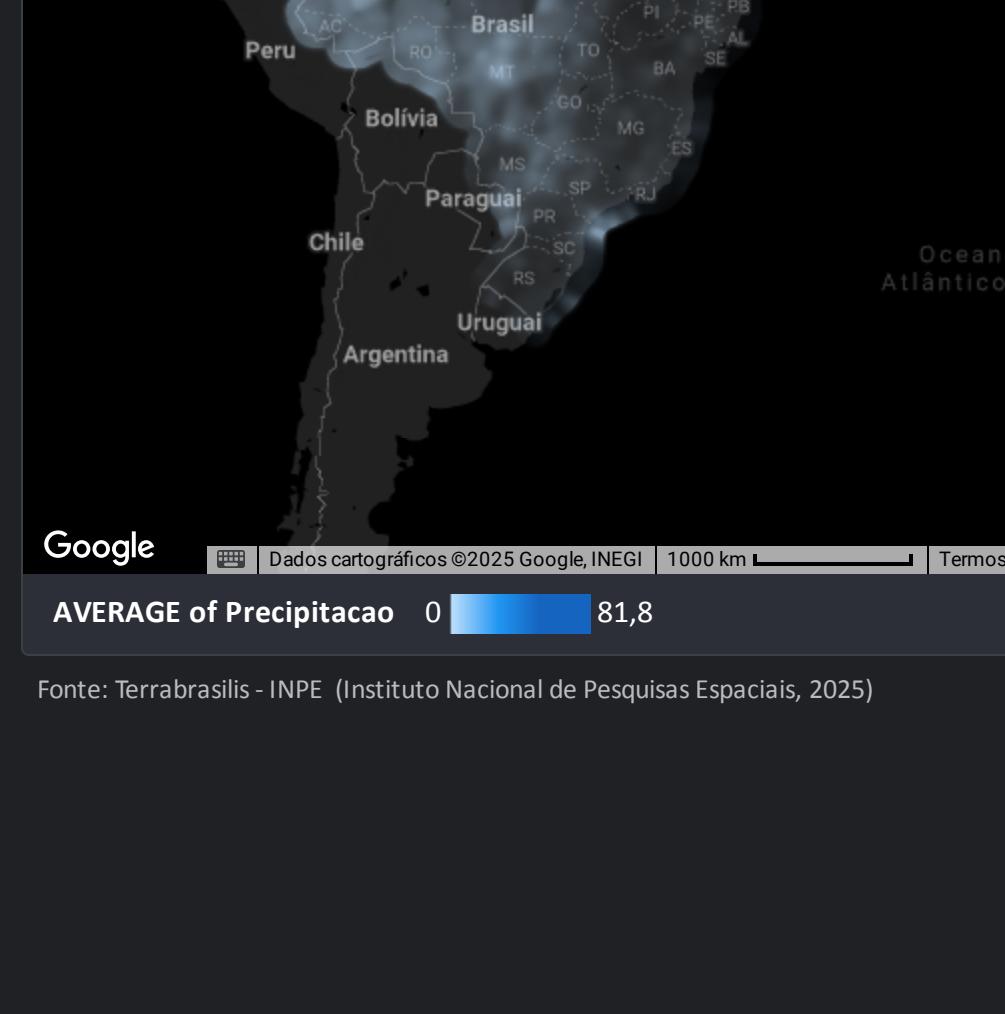
Amazônia Cerrado Mata Atlântica Caatinga Pantanal Pampa Limpar filtros

Risco Fogo (média, 2015 - 2024)



Fonte: Terrabrasilis - INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2025)

Precipitação (média, 2015 - 2024)



Fonte: Terrabrasilis - INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2025)

Conclusões finais

A crise climática é a culminação de crises sociais.

- O fogo é intensificado pela seca, e a Amazônia/Cerrado são os biomas mais afetados.
- A maior vulnerabilidade social e pobreza se sobrepõem geograficamente às áreas de maior risco, amplificando o sofrimento das populações residentes nestas áreas.
- Os Povos Indígenas, Quilombolas e Tradicionais são a barreira mais eficaz contra a destruição (redução histórica do desmatamento em TIs e a Tese da Barreira).
- Sistemas de monitoramento, como o PRODES e DETER (ambos mantidos pelo INPE), são importantíssimos para se obter dados e insights relevantes para ações de incidência em políticas públicas.

O Acordo de Paris (2015) e seus compromissos da transferência de \$100 bilhões de países desenvolvidos, originalmente previstos para serem investidos até 2020 em países em desenvolvimento, precisam ser reavaliados sob a ótica da justiça climática. Não faz sentido que os guardiões da biodiversidade recebam menos de 1% do financiamento global.

Lutar pela Justiça Climática é garantir a demarcação e proteção integral das Terras Indígenas e dos Povos Tradicionais e canalizar os recursos globais e nacionais diretamente para ações que salvam o planeta, como a Transição Energética Limpa (substituir combustíveis fósseis) e a Descarbonização Econômica (redução na pegada de carbono em todos os setores econômicos).

Na COP30, a ser realizada em novembro de 2025, em Belém, capital do Pará, uma das maiores expectativas é a revisão desse montante.

O dinheiro do Acordo de Paris não pode ser apenas para turbinas e painéis solares. Ele precisa ser direcionado para Direitos, Território e Autonomia.

JORNAL DA USP

PORTAL DA USP | FALE CONOSCO | WHATSAPP | ENVIE UMA PAUTA | PODCASTS

ATUALIDADES | CIÉNCIAS | CULTURA | DIVERSIDADE | EDUCAÇÃO | INSTITUCIONAL | RÁDIO USP | TECNOLOGIA

Inicio > Rádio USP > O que esperar da COP 30?

José Eli da Veiga / Rádio USP - <https://jornal.usp.br/?p=939740>

Publicado: 02/10/2025 às 7:56

[Facebook](#) [Twitter](#) [Instagram](#) [LinkedIn](#) [YouTube](#) [Email](#)

SUSTENTÁCULOS

JOSÉ ELI DA VEIGA

Professor sênior do Instituto de Estudos Avançados - USP

Os comentários da Rádio USP têm total independência em seus comentários. Suas opiniões não refletem, necessariamente, a posição ou as escolhas editoriais do Jornal da USP. As informações veiculadas nas colunas também são de total responsabilidade do seu autor.

04:00 04:06

Rádio USP [OUÇA AQUI EM TEMPO REAL](#)

Fonte: Jornal da USP - <https://jornal.usp.br/radio-usp/o-que-esperar-da-cop-30/>



Este projeto foi desenvolvido por Jessica Teles, Lígia Xavier, Mayerikson e Miguel T sob a licença Creative Commons. Seu download e compartilhamento são permitidos desde que os créditos sejam atribuídos aos autores, nada seja alterado de nenhuma forma nem seja utilizado para fins comerciais. Data: set. e out. 2025.